



DIVERGÊNCIAS ENTRE OS FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS IDENTITÁRIAS E OS PRESSUPOSTOS DA PRÁTICA CIENTÍFICA

Jeferson Rangel de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0835-3767>.

E-mail: jeffrangel241@gmail.com.

Ricardo Vieirals de Castro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0040-8669>.

Resumo: A ciência é de suma importância para a sociedade, com o dever de estar engajada na emancipação humana e na erradicação da opressão e de todas as formas de discriminação. A prática científica, contudo, requer uma postura específica em relação ao mundo e aos fenômenos e atende a determinados pressupostos. O ativismo contemporâneo, influenciado pelas políticas identitárias popularizadas perto do fim do século passado, traz uma noção determinista de identidade com a qual visa reivindicar um lugar de saber para grupos segregados pelo poder hegemônico. O encontro das políticas identitárias com a prática científica não é algo simples de conceber e é importante que seja discutido. Este é um estudo de cunho teórico que tem como objetivo discorrer acerca da temática e gerar reflexões. Buscou-se discutir os fundamentos da prática científica e seu caráter crítico e destacar as características do ativismo associado às políticas identitárias, principalmente quando este quer se tornar conhecimento científico, para debater as inconsistências dessa concepção de identidade e sua incompatibilidade com o fazer ciência. Compreende-se que os fundamentos das políticas identitárias possuem uma tendência dogmática e normativa que é problemática para o contexto político e contraditória com a intenção de produzir saber crítico e científico acerca de uma causa. Ao evitar essa adesão, encontros potenciais podem surgir entre atividade científica e ativismo.

Palavras-chave: Prática científica. Políticas identitárias. Identidade. Ciência.

DIVERGENCES BETWEEN THE FOUNDATIONS OF IDENTITY POLITICS AND AND THE ASSUMPTIONS OF SCIENTIFIC PRACTICE

Abstract: Science has inestimable value for society, with the duty to be engaged in human emancipation and the eradication of oppression and all forms of discrimination. Scientific practice, however, requires a specific stance

in relation to the world and phenomena, that is, it obeys certain assumptions. Contemporary activism, especially identity politics popularized towards the end of the last century, brings a deterministic notion of identity with which it aims to claim a place of knowledge for segregated groups under hegemonic power. The meeting of identity politics with scientific practice is not something simple to conceive and its discussion is important. This is a theoretical study that aims to debate the topic and generate reflections. We sought to discuss the foundations of scientific practice and its critical nature and highlight the characteristics of activism associated with identity politics, especially when it wants to become scientific knowledge, in order to discuss the incompatibilities of this encounter. It is understood that the foundations of identity politics are fruitless and contradictory to the intention of producing scientific knowledge about a cause. By avoiding this adherence, potential encounters may arise between scientific activity and activism.

Keywords: Scientific practice. Identity politics. Identity. Science.

Introdução

É vital que a ciência se dedique à realidade política e que se atente aos diversos tipos de discriminação e desigualdade que existem. Essa preocupação faz parte de um cientificismo carregado de valores como o secularismo, o humanismo e o compromisso com a justiça social (SAGAN, 1987, 1996; BUNGE, 2012, 2014). Qual é, entretanto, a melhor maneira da ciência contribuir nessas questões sociais que englobam uma série de causas importantes? Essa é uma pergunta relevante, porém demasiadamente adiantada para o que pretende este artigo. Para que se comece a pensar em respostas, é preciso refletir acerca da própria ideia de ciência e prática científica e de aspectos indispensáveis para a complexidade exigida no estudo dos fenômenos sociais. Além disso, quando se considera a motivação dos atores envolvidos nos movimentos sociais de transformar a realidade e a importância conferida ao estudo científico das reivindicações que trazem, se faz pertinente levantar um outro questionamento: que tendências de pensamentos presentes no ativismo, que é essencialmente político e pragmático, podem comprometer a produção do saber científico, que é, indispensavelmente, crítico e deve evitar respostas prontas ou fechadas? É nessa pergunta que este artigo irá se debruçar para tentar elaborar as problemáticas envolvidas nesse tema e tentar respondê-la.

O caráter humanista, politicamente e socialmente referenciado da ciência, tal como qualquer outro conhecimento derivado dela, precisa partir de pressupostos fundamentais aos quais se dedica o exercício distintivo da prática científica. Tais pressupostos, contudo, entram em conflito com a configuração da retórica ativista contemporânea, fortemente associada às políticas identitárias que ganharam relevância nos anos 70, com especial representatividade no campo acadêmico (SANSONE, 2007; GROSGOUEL, 2007; MURRAY, 2020). Existe uma necessidade, portanto, de discutir precauções na produção de um saber científico atrelado a temáticas políticas e sociais diante da popularização desse estilo de ativismo, na medida em que

buscam corroborar suas teses nesse universo de saber. As premissas demasiadamente fundamentalistas e deterministas que se baseiam as políticas identitárias pode ser um fator limitador e prejudicial para se pensar a complexidade dos fenômenos – que a ciência tem o dever de sempre priorizar em suas análises. São maneiras de pensar e agir sobre o mundo que diferem em sua natureza e em seus objetivos. É importante compreender essa distinção e como ela transforma o encontro entre esses dois universos em um potencial perigo para ambos os lados, seja para a construção de uma teoria científica, seja para a validação de uma causa.

Longe de se pretender questionar a importância -de qualquer forma de ativismo, pois se compreende que são ferramentas coletivas vitais para a transformação social, o que se almeja é problematizar a relação específica do ativismo contemporâneo e o pensamento identitário e ressaltar os problemas desse encontro na produção de saber epistêmico. Nenhum fenômeno é simples, especialmente quando se fala das questões delicadas que reivindicam os variados movimentos sociais, atravessadas por tantos vetores e tão primordiais para expor as consequências do preconceito e da desigualdade. Trazer a problematização de uma corrente de pensamento dentro do ativismo considerada como prejudicial para sua emancipação no âmbito da pesquisa é um cuidado essencialmente com o valor desse saber e a forma que sua má condução pode comprometer dados tão importantes para conhecimento e transformação da realidade social. Além disso, essa discussão pode contribuir para pensar as especificidades do exercício científico e do ativismo, de maneira a fomentar encontros frutíferos e compatíveis entre esses dois mundos, que se afastem do determinismo identitário e que coloquem a complexidade das questões tratadas como prioridade.

Trata-se, portanto, de um estudo teórico que tem como objetivo discorrer sobre a temática proposta e gerar reflexões. Os tópicos que serão abordados a seguir serão a base para essa discussão. Para estabelecer conceitualmente a natureza dos dois discursos, parte-se inicialmente de algumas ponderações acerca do conhecimento científico, resgatando o caminho problemático percorrido pela ciência no século passado para enfatizar a importância de sua condição crítica e conjectural.

A noção de *paradigma dominante* de Boaventura de Souza Santos (2008) será fundamental para explicitar o reducionismo, o racionalismo radical e o caráter absoluto de uma ciência positivista, que é preciso deixar no passado. O texto de Cardoso (1998) irá colaborar para pensar as consequências éticas do progresso da ciência, especialmente quando associada a

interesses ideológicos. Para ressaltar uma posição contrária a esse modelo de ciência e defender uma postura alternativa, será conveniente visitar o conceito de *falsificacionismo* de Karl Popper (1963/2008) e a sua postulação de que o conhecimento científico precisa estar sempre se colocando à prova, sem lacunas para verdades absolutas. Não menos essenciais serão as contribuições de Edgar Morin (1982/2005) nos campos epistemológico e ético, decorrentes do seu conceito de *complexidade*. Dando seguimento, será analisado o funcionamento da retórica ativista pautada nas políticas identitárias, apresentando sua rígida e unidimensional concepção no que se refere ao conceito de identidade. Para compreender um pouco sobre o contexto que precedeu sua popularização, será preciso considerar o fenômeno do multiculturalismo, sobre o qual Sansone (2007) discorre com profundidade, bem como a conjuntura política que se tornou possível a partir disso, encontrada no texto de Grosfoguel (2007) sobre os estudos étnicos norte-americanos dos anos 70 e a noção de multiculturalismo identitário. O conceito original de identidade da antropologia será retomado para que se possa pensar, com apoio nas análises de Haider (2019) e Murray (2020), na atualização de seu uso, na forma que isso poderia ser desenvolvido e no porque se esvaziou – tanto como ideia quanto na sua aplicação prática. Por fim, serão postas em debate as incompatibilidades contidas na forma que essas duas perspectivas lidam com os fenômenos sociais, de maneira a enfatizar os problemas da adesão ao pensamento identitário para o ativismo na vida cotidiana e, principalmente, para o encontro com a prática científica.

A natureza do conhecimento científico: crítica e multiplicidade

Embora pareça óbvio constatar que a ciência vem de uma tradição crítica iniciada pela filosofia, é seguro afirmar que, ao longo do seu caminho, ela seguiu rumos que não condizem com esse legado. A confiança cega na obtenção da verdade e no progresso da ciência gerou, ao longo do século XX, importantes críticas sobre a produção do conhecimento científico, a natureza do seu saber e as consequências éticas que promoveu (POPPER, 1963/2008; MORIN, 1982/2005; CARDOSO, 1998; SANTOS, 2008).

Para destrinchar essas questões, é interessante começar pensando no panorama epistemológico-metodológico no qual se estabeleceu a ciência na maior parte do século passado. A noção de paradigma trazida por Santos (2008) pode ser bastante útil para situar esse debate. O conceito de paradigma, a princípio, é um termo cunhado por Thomas Kuhn

(1962/1991) para representar sua visão de progresso científico. Para o filósofo, quando acontece uma revolução científica, todos os postulados e teses são modificados, dando lugar às normas que correspondem ao paradigma regente. Nesse sentido, uma revolução científica poderia significar a transformação de seus pressupostos. É pensando nessa transformação dos fundamentos da ciência que Santos (2008) adota o conceito de Kuhn. O paradigma científico que o autor nomeia como dominante é o positivista, caracterizado por sua neutralidade, objetividade e rigoroso método. A ciência à qual o autor se refere, portanto, é guiada pela lógica indutiva, em que a força de suas teorias está na sua capacidade explicativa, nas regularidades que consegue detectar e, como coloca Popper (1963/2008), por uma certeza de obtenção da verdade. Não se pode deixar de fora a noção de progresso como um ideal guiando o desenvolvimento de uma ciência completamente convencida de sua eficácia. A convicção de uma verdade que viria necessariamente a se revelar estava diretamente relacionada com a possibilidade de controle e previsão desse paradigma clássico, em que a natureza e a sociedade eram objetos plenamente mensuráveis e manipuláveis a serviço do homem (CARDOSO, 1998).

Os problemas com esse tradicional modo de fazer ciência são inúmeros e ao longo do século XX configuraram uma crise do conhecimento científico. Santos (2008) define esse paradigma como reducionista, por simplificar os fenômenos, e absoluto, por ser soberano e dominante. Sua pretensão neutra sofria diversos questionamentos que alegavam a impossibilidade dessa neutralidade, uma vez que a ciência não era alheia aos processos sociais e políticos. Sua aversão ao campo subjetivo, visto como o terreno da irracionalidade, incapaz de pertencer ao estudo racional da ciência clássica, produziu efeitos incuráveis às diversas áreas das humanidades que buscavam a legitimidade científica. Essas tiveram seus complexos objetos de estudo reduzidos e simplificados.

O mesmo paradigma científico protagonizou avanços tecnológicos desenfreados – sustentados pela necessidade de controle e manipulação da natureza e do humano – e contribuiu em crises ambientais e sanitárias; no entanto, ultrapassou os limites éticos da experimentação e se associou a ideologias dominantes (CARDOSO, 1998; DOWBOR, SACHS, LOPES, 2010). Como saber portador de uma verdade, que seria encontrada por meio da aplicação do método (neutro, objetivo e racional), seu lugar de poder permitiu que ideologias e interesses hegemônicos atuassem por trás do conhecimento científico como uma forma de justificar seus projetos civilizatórios, a discriminação e a segregação entre grupos. A eugenia e o racismo

científico são trágicos exemplos de validação do preconceito e naturalização da desigualdade que tiveram o martelo da ciência ao longo da história. No Brasil, as elites dominantes utilizaram-se dos estudos eugênicos e de uma ideia biologicista de raça para fundamentar o seu racismo e inventarem sua nobreza (SCHWARCZ, 1996; 2019).

Numerosas foram as críticas direcionadas a esse modelo de ciência ao longo do século XX, que se estenderam desde o nível epistemológico-metodológico até o nível ético-político. Essas indagações suscitaram reformulações na própria ciência e é a partir de algumas delas que aqui se pretende pensar no que pode ser chamado de novo paradigma, parecido com o que Santos (2008) nomeou de *paradigma emergente* para definir uma ciência que rompe as fronteiras estabelecidas pelo *paradigma dominante*. No nível intelectual, é seguro afirmar que a maior parte das críticas estavam direcionadas para as possibilidades do conhecimento da ciência e os critérios de demarcação do que seria científico. A compreensão de que o clássico método da indução era insuficiente para determinar o que era ciência foi um dos principais argumentos de Karl Popper (1963/2008). Segundo o autor, o que deveria garantir que uma teoria era boa não era sua capacidade explicativa e as regularidades que encontrava, mas sua capacidade de se colocar à prova, em ser testada como falsa. Uma teoria científica perdura somente após sofrer os mais arriscados testes, tornando-se uma conjectura, isto é, a melhor concepção explicativa do fenômeno até que testes mais sofisticados sejam desenvolvidos ou novas ideias mais consistentes a desafiem. Conhecido como *falsificacionismo*, esse critério foi uma das contribuições mais importantes de Popper para a ciência do século XX. Nessa perspectiva, não há espaço para o dogmatismo e proposições absolutas dentro da ciência, pois todo conhecimento é provisório até que outro o substitua.

Edgar Morin (1982/2005), por sua vez, traz discussões importantes sobre a noção de autoconsciência da ciência, a complexidade e a necessidade de autorreflexão. Sua formulação do conceito de *complexidade* para tratar da organização do conhecimento busca resgatar e conciliar o que era tomado como antagônico na prática científica, isto é, a ordem e a desordem, a previsibilidade e a aleatoriedade. Para o autor, são fatores que não se anulam e convivem simultaneamente na realidade. A ciência, nesse sentido, deve se deparar com o erro, com a falha e tomar isso como parte de seu processo. Além disso, tal como Santos (2008), acredita que a ciência deve construir e recuperar a conexão com a dimensão subjetiva e com o senso comum, que por tanto tempo tratou como irracional e fora do escopo científico. Quando se fala nesse

vínculo mais forte com a questão humana e subjetiva, se pensa inclusive no nível ético que implica a relação entre ciência e sociedade. Morin (1982/2005) comenta que a discussão ética precisa ser mais que uma formalidade no processo, de maneira que faça parte da própria reflexão de uma prática científica. Foi a voluntária rejeição da dimensão subjetiva e política na construção do conhecimento científico, justificada por sua suposta neutralidade e inabalável objetividade, que permitiu que a ciência e seu desenvolvimento fosse associado, por muitas vezes, aos interesses das classes dominantes (CARDOSO, 1998; MORIN, 1982/2005). As questões éticas imperscrutáveis colocam a ciência em descrédito com a sociedade de forma razoável. Isso é até mais forte e imediato do que qualquer análise intelectual sobre o assunto, que é lentamente diluída no senso comum.

Portanto, a ciência, pensando em sua versão num novo paradigma, não pode ser produzida e praticada de forma dogmática, ingênua, isenta e, principalmente, absoluta. Se a ciência cogita prevenir laços ideológicos e erros do passado, é necessário resgatar e endossar a condição crítica e provisória de seu saber, refazer seus laços com a parcela da realidade que problematicamente ignorava em sua metodologia e considerar sempre a pluralidade dos fatores que circundam seus objetos de análise. A ciência de que se fala é uma ciência da complexidade, que compreende que os fenômenos que analisa são multidimensionais, inter cruzados e até contraditórios. Também é uma ciência com um ceticismo dosado, na medida em que dá espaço para novos conhecimentos, mas também se coloca em questionamento o conhecimento já estabelecido. A prática científica requer de seu praticante a difícil postura de sair do conforto das respostas prontas e fáceis, mas é também este fator que a diferencia de outras práticas e lhe confere relevância especial.

As bases da retórica do ativismo identitário: combate e pensamento único

Quando se trata de travar embates por mudanças, de promover disputas políticas que signifiquem uma transformação da situação vigente por melhores condições de existência, é a mobilização social e o ativismo político que entram em cena e protagonizam essa mediação. Existem incontáveis razões para que assim seja. O repertório do ativismo é repleto de ideais, valores, indignações e desejos de grupos ou organizações imbuídas com a pretensão de comunicar tais pensamentos, conquistar aliados, derrotar oposições e, conforme Araújo (2012), gerar mudanças simbólicas no cenário social. Sua atuação, tal como qualquer fenômeno social,

é condicionada às transformações político-culturais de cada período e é afetada pelas ideias que circulam. A segunda metade do século XX possui acontecimentos importantes a serem destacados para analisar as mudanças nas configurações de ativismo, compreender o que exatamente são as políticas identitárias e como elas se difundiram.

O fenômeno do multiculturalismo pode ser um bom ponto de partida para essa reflexão. De acordo com Sansone (2007), o multiculturalismo surge como uma espécie de projeto pedagógico – pensado não só para escola, mas também para o emprego público – que, diante de um contexto global de crise ética, científica e cultural pós Segunda Guerra Mundial, busca lidar com a extrema desigualdade, com as diferenças étnicas e culturais. O autor destaca que esse fenômeno teve início em países como Suécia, Nova Zelândia, Holanda e parte dos Estados Unidos, mas, nas décadas posteriores se estendeu para países de mais recente imigração na Europa meridional e, por fim, em uma América Latina em processo de redemocratização. A conjuntura desenhada pelo multiculturalismo parece ter aberto organicamente a discussão da identidade no cenário político.

Como ressalta Grosfoguel (2007), nos Estados Unidos, entre as décadas de 60 e 70, os estudos étnicos emergem como importantes componentes do movimento por direitos civis e das minorias e a sua configuração já assumia a roupagem de um multiculturalismo identitário. No Brasil, a redemocratização e o retorno da força dos movimentos sociais – na década de 1980 – representaram um terreno fértil para novas reivindicações, um quadro, como assinalam Trapp e Silva (2011), com forte influência da produção norte-americana. Tal como se deu nos Estados Unidos, o movimento negro foi precursor nessa nova direção do ativismo e, conforme os autores, a ideia de uma identidade nacional unificadora perde força para se pensar numa identidade negra, que promova consciência sobre o passado escravista e colonizador.

No final do século XX, as políticas identitárias, alimentadas por todo o contexto da discriminação sobre a diferença e o desgaste do discurso unificador, ganham lugar de destaque nos movimentos sociais e trazem composições importantes para o discurso ativista que vai se popularizar no século XXI. Em termos gerais, Grosfoguel (2007) explica que as políticas identitárias se definem como um movimento de revolta contra a classe dominante e hegemônica, composto por grupos discriminados e minorias políticas que buscavam reivindicações de seus direitos e a possibilidade de falarem por si próprios. A ideia de “falar por si” ou de “contar a própria história” é um ponto bastante interessante. O fato é que as classes

dominantes, com os diversos artifícios científicos-tecnológicos e políticos a seu favor, obtiveram o poder narrativo sobre a história e priorizavam seus interesses em detrimento de outras classes e grupos. Sempre possuíram, nesses termos, suas próprias políticas identitárias hegemônicas. Schwarcz (2019) conta como as elites brasileiras remontaram o passado com narrativas heroicas com o mito da “democracia racial” e a ideia de um Brasil pacífico por cima de séculos de escravidão e extermínio de povos negros e indígenas, além do esforço para naturalizarem as diferenças.

Sendo assim, as políticas identitárias emergem como possibilidade de resposta e exposição da situação e vivências desses grupos que foram marginalizados. Além disso, invertem a relação desses grupos com a ciência, que, se outrora consistia na recepção de conhecimento, agora reivindicam a produção de saber. Isso fica evidente quando a faísca dessa tendência de pensamento são os estudos étnicos mencionados anteriormente, realizados em universidades dos Estados Unidos, se configurando como um movimento da academia para a sociedade e protagonizando greves, ocupações e estimulando outros tantos estudos (GROSFOGUEL, 2007). Até esse ponto, é possível estimar grandes coisas dessa virada de chave para os movimentos sociais. Faz todo sentido explorar e pesquisar a fundo as relações de identidade, construir conhecimento em cima disso e promover novas contribuições para a sociedade. Existe um grande problema, contudo, na forma em que isso, de fato, acontece.

O conceito de identidade, de acordo com Lopes (2002), surge na antropologia clássica como um dos demarcadores iniciais da especificidade desse campo de estudo e foi designado, sobretudo, ao estudo das sociedades ditas “primitivas”. A ideia era diferenciar, comparar e categorizar o “progresso” da história humana; conforme o autor, o que tendia a prevalecer na análise era o caráter normativo das relações interpessoais e a hierarquia estabelecida. Essa definição de identidade do que é o “eu” e o que é o “outro”, sobretudo no aspecto classificatório, produziu efeitos sociais bastante nocivos. Não obstante, as políticas identitárias hegemônicas buscaram precisamente realizar a manutenção da norma vigente, através da intolerância e da exclusão do diferente e da conservação do seu status de poder (GROSFOGUEL, 2007). O resgate desse conceito por uma linha de pensamento progressista é um retrocesso estranho e curioso. Para além do histórico político, é uma concepção empobrecida de profundidade para lidar com a multiplicidade da vida no mundo contemporâneo. Precisaria de uma reelaboração consistente para basear o estudo das interações sociais e os processos de identificação.

Conforme Haider (2019), o uso do conceito de identidade teria bom proveito se fosse pautado nas relações concretas e materiais, em que se pode examinar a complexidade das relações interpessoais e elaborá-las. Para o historiador, a abstração que caracteriza o conceito de identidade comumente empregado não diz absolutamente nada sobre os vínculos sociais específicos que constituem. No entanto, é submetido aos mesmos princípios do conceito clássico. Baseiam a ideia de identidade em construções imaginárias, normativas e que ainda reforçam as categorias tradicionais, que, por sua vez, são dualistas, pois constituem polos em oposição, e essencialistas, porque definem propriedades fixas e imutáveis como determinantes da identidade. Se as elites, por sua vez, possuíam o domínio da narrativa hegemônica e utilizavam da eugenia, racismo estrutural, de um paradigma que é original e biologicamente determinista, agora as forças contra-hegemônicas rebatem, mas sem comprometer a grande estrutura do que já está convencionado. Pelo contrário, endossam essas categorias e as multiplicam no conceito abstrato de identidade em diversos marcadores sociais (sexualidade, raça, gênero, entre muitos outros), que Murray (2020) diz serem cada vez mais atomizados – definindo e normatizando a existência e as relações. O problema desses marcadores não são os grupos que os compõem, mas sim a sua função que, ao invés de servir como ponto de partida para elaborar conexões e atravessamentos entre eles, se resume em delimitá-los, convertendo-os em cápsulas cada vez mais isoladas umas das outras. Como Haider salienta (2019), cria-se um paradoxo em que se aprisiona o próprio sujeito que se almeja libertar. Se nas políticas identitárias hegemônicas prevalecia o argumento do determinismo biológico, o que se destaca agora é o determinismo cultural e social.

O conceito de identidade reciclado pelo discurso identitário não consegue conceber a multiplicidade das relações interpessoais. Ao refletir a rede complexa de fatores que produzem a existência humana, pensar uma unidade tão absoluta de identidade que reúna pessoas é impraticável, da mesma forma que não se pode “reduzir nenhum grupo de pessoas e as multidões que eles contêm a um único interesse comum, como se estivéssemos reduzindo uma fração” (HAIDER, 2019, p. 89). É indubitavelmente necessário que o ativismo se estabeleça no coletivo e em interesses partilhados; é ingênuo acreditar que categorias identitárias essencialistas vão abarcar a singularidade humana em suas múltiplas inserções na realidade. Constituem, na verdade, uma vastidão de definições fechadas que, segundo Sansone (2007), são tratadas como entidades e que não condizem com a profundidade das redes de relações. O

resultado é a frustrante e contínua repartição do movimento em classes cada vez mais específicas, promovendo pouca ou nenhuma resolução, colapsando em seu próprio núcleo. Mudança e transformação do cenário original de opressão, por conseguinte, não aparentam ser prioridade e nem objetivo final, e aqui se encontra a herança e manutenção do dualismo clássico do ocidente que dividiu sujeito e objeto, bem e mal, racional e irracional. Em detrimento da complexidade da natureza e do humano, triunfa novamente o pensamento único e a polarização que só pode existir enquanto abstração. Na perspectiva dessa batalha político-narrativa, se vislumbra o controverso cenário: o eterno e insolúvel combate. Para que possa existir, o ativismo fundamentado em um conceito de identidade dualista e essencialista necessita, intrinsecamente, de um oponente que lhe faça contraposição.

As políticas identitárias em discussão: as limitações e contradições em sua aderência e a sua incompatibilidade com a prática científica

Considerando a especificidade da prática científica e a tendência contemporânea do ativismo devidamente esclarecidas, acredita-se haver argumentos suficientes para que se possa estabelecer algumas contradições e incompatibilidades entre as duas concepções. As premissas que baseiam cada conduta diante dos fenômenos são um fator central aqui. Isso é particularmente relevante quando se leva em conta o esforço constante para desviar determinados ímpetus para uma postura crítica ao assumir o papel de cientista e pesquisador, o que já é desafiador em temáticas da ciência que não tocam em questões sociais tão sensíveis – pelo menos não diretamente. E, especialmente, se tratando de questões tão delicadas e importantes, ressalta-se a preocupação do discurso identitário e sua emancipação no cenário acadêmico enquanto forma de adquirir *status quo* para seus fundamentos.

A ciência possui um conhecimento que precisa ser sempre provisório e inacabado, não havendo lugar para saberes absolutos e definitivos (POPPER, 1963/2008). Seu objetivo é pensar e conjecturar a realidade que se coloca em sua multiplicidade e complexidade (MORIN, 1982/2005). Quando não foi assim, a ciência atuou com domínio absoluto e soberano sobre outros saberes ou serviu como instrumento político atendendo à interesses ideológicos (CARDOSO, 1998; SANTOS, 2008; SCHWARCZ, 1996, 2019). O ativismo que aqui se fala vem precisamente de um lugar de disputa ideológica, de afirmação de identidade e quase sempre remete a estruturas polarizadas e bem definidas. No rumo que tomou o movimento

social do final do século passado até sua expansão no século XXI, a demarcação de lugares de identidade característica da narrativa hegemônica não perde força. Pelo contrário, é subvertida e toma uma roupagem combativa e de oposição. O objetivo é conquistar politicamente, substituir perspectivas e derrotar seus inimigos (GROSFOGUEL, 2007; MURRAY, 2020).

Tal reflexão se faz relevante diante da popularização da perspectiva identitária no meio acadêmico e tentativas de dar um embasamento científico para essas ideias. É o fruto do que Murray (2020) denomina como crise das grandes narrativas, deixando um vácuo de sentido em que as políticas identitárias anti-hegemônicas encontram um espaço para ter uma voz e verdade própria. Este não seria o problema em si, mas a raiz do pensamento fundamentalista e totalizante que embasa essas teorias de identidade. Quando buscam definir identidade, necessariamente caracterizam aquilo que não são, isto é, o que é diferente – parte-se de um pressuposto dualista, no qual há dois lados bem determinados e essencialmente antagônicos.

No argumento político, há um jogo de relações de poder e uma implicação moral entre o certo e o errado, o bom e o mau, o oprimido e o opressor. É um raciocínio que, na disputa política, tanto o poder hegemônico como a resistência usam como artifícios. É justamente nesses aspectos, geralmente baseado em termos inflexíveis e noções absolutas e abstratas de identidade, que reside o perigo das formulações teóricas identitárias. É a discussão que Haider (2019) faz ao mencionar o problema de basear uma noção tão fértil como a de identidade puramente no plano ideológico e imaginário. Nas relações concretas, na complexidade das interações e experiências da vida, não há condição identitária que se mantenha parada ou fechada, que não transite entre outras categorias. No pensamento identitário, essa movimentação é ignorada e substituída por lugares fixos que não podem ser corroborados pela experiência real. A partir das categorias identitárias, completamente imaginárias, cria-se uma espécie de profecia autorrealizadora em que a conduta deve corresponder à rotulação ou então não faz parte do grupo – ou pior, está contra o grupo. Essa postura absoluta gera consequências em termos de normatividade e existência prática.

É característico das políticas identitárias, uma vez que produzem categorias e definem uma batalha, buscar revisar comportamentos (relacionados aos opressores) e determinar novas condutas (de resistência à opressão). A estrutura dualista em que se baseiam não deixa escape para algo que não seja a substituição “disso” por “aquilo”. O que se impõe como premissa é tamanha irredutibilidade que tampouco está aberto para discussão ou revisão. Caminhar fora da

linha, nesse sentido, é o mesmo que trair a luta. O caráter libertador e revolucionário é, portanto, compactado e enquadrado em uma normatividade similar àquela hegemônica que se quer erradicar, configurando o fundamentalismo reverso que critica Grosfoguel (2007).

Essa forma de pensar e agir, portanto, leva ao pensamento único, dogmatismo e soluções normativas. Ao pretender caminhar com esse raciocínio para a investigação científica, o desfecho incide em uma tensão moral e um enviesamento da pesquisa. Isto se dá porque o pensamento único já tem o seu ponto, concebeu previamente seu consenso, bem como seu pressuposto moral de “bom” e “mau” e é ideologicamente motivado. Como já dito, alguns encontros importantes entre ideologia e ciência no percurso da história tiveram um desfecho problemático: o encobrimento de uma agenda moral na produção de saber científico que permitiu o controle, subjugação e combate de grupos e ideias contrárias ao poder estabelecido. Não há razões para pensar que, mesmo com as melhores das intenções, o resultado não produzirá efeitos semelhantes. A ciência, mesmo que não seja neutra ao contexto que se é criada, não pode ser ativamente parcial. A ideia de conjectura que baseia o estado do seu conhecimento, nesse sentido, é o oposto de um consenso ou verdade irrefutável. É um tipo de pensamento que precisa pensar na realidade em sua complexa rede de fatores sem se limitar à unidimensionalidade. Sua única exigência é ser exercida de forma livre e não dogmática, pois é o que garante sua distinção e credibilidade. A atmosfera de “ou é isso, ou é aquilo” simplifica e afasta a discussão dos problemas práticos e cotidianos em que diversos fatores estão em jogo. Ao escolher abandonar a análise complexa das relações e dos determinantes que circulam os fenômenos por uma simplificação abstrata que o raciocínio identitário implica, é o mesmo que: limitar sua efetividade e impossibilitar sua investigação científica. No primeiro caso, isto se dá, pois o ativismo se fecha para suas próprias categorizações e normas internas, formando grupos atomizados, aos quais Murray (2020) se refere, convertendo-se numa espécie de cápsulas ou “bolhas”. Esses movimentos encapsulados tendem a conversar apenas entre si e com uma linguagem e perspectiva de mundo exclusiva, comprometendo a comunicação com outros movimentos e não alcançando, com suas ideias, o senso comum e a realidade cotidiana. Não há, nesse sentido, horizonte de transformação, pois não há comunicação. No segundo caso, ao tornar-se tão convencido de si e de suas premissas, a investigação científica seria um exercício de autoafirmação ao invés de um exercício de descoberta. Qualquer falta de consenso ou sinal

de inconsistência natural da atividade científica seria resolvida por um consenso prévio, o qual é moralmente regulado.

O modo de pensar das políticas identitárias não parece agregar ao ativismo algum benefício especial que valha abdicar de um olhar focado na multiplicidade da realidade e das relações. Olhar que enriqueceria tanto o exercício científico como a reflexão cotidiana da militância. A potência das políticas identitárias residia na sua motivação inicial de derrubar uma estrutura denunciando a prevalência das políticas identitárias hegemônicas em contraposição aos grupos marginalizados. Contudo, esse potencial se esgota em algum lugar no meio do caminho, provavelmente quando se recicla o conceito quadrado e binário de identidade ao invés de considerá-la como um processo complexo e imbricado. Nessa visão de mundo, a incansável busca por unidade e definição, que é substancialmente uma simplificação do fenômeno, só encontrará mais divergência interna e frustração perante a implacável multiplicidade do real. A potencialidade da investigação científica das temáticas que permeiam toda a discussão sobre identidade e opressão nos ativismos contemporâneos se encontra completamente comprometida pela condição de seu próprio estilo de pensar quando adere às políticas identitárias, pois não há conhecimento científico que possa abandonar a complexidade dos fenômenos e suas incontáveis dimensões.

Conclusão

A prática científica e o ativismo são atividades indiscutivelmente necessárias e a colaboração entre elas não é simples, fator que motivou a realização deste artigo. Buscou-se discutir o conhecimento científico e seu caráter crítico, bem como apresentar a retórica ativista na tendência das políticas identitárias que se popularizaram no mundo contemporâneo, com o propósito de discutir a presença do pensamento identitário na prática científica e problematizar essa associação. Foi necessário, portanto, apresentar a especificidade de cada uma dessas ideias para debater a forma que divergem em natureza e objetivo e, principalmente, como podem comprometer e prejudicar tanto o rumo do ativismo quanto a produção de saber científico.

As narrativas das políticas identitárias, desde a sua forma hegemônica imposta pelos grupos dominantes até sua roupagem revolucionária, têm o costume de produzir desencontros com a complexidade das relações interpessoais e estabelecer modos normativos de existência constantemente policiados. Por conta da natureza totalizante de seu discurso e suas categorias

absolutas e intransponíveis, elas tendem a carecer da habilidade de analisar os fenômenos na profundidade que estes exigem. Suas contundentes afirmações propendem a ser concebíveis apenas através da abstração. Esse fundamentalismo é perigoso e retrógrado para qualquer movimento que busque uma transformação social efetiva, bem como é absolutamente incompatível com a condição crítica da atividade científica.

Espera-se que a reflexão proposta nesse trabalho colabore para que o ativismo contemporâneo possa reconhecer as limitações em aderir uma forma de pensamento que ameaça a complexidade dos temas que abordam, seja no contexto político do ativismo ou seja na construção de conhecimento científico. O ativismo não tem como único destino o entrelaçamento com as políticas identitárias e pode produzir caminhos interessantes escapando de uma tendência de pensamento que permanece fazendo a manutenção do paradigma regente e de um conceito de identidade obsoleto.

Referências

ARAÚJO, W. F. O discurso ativista nas novas mídias: caso wikileaks. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 1, 2012, Santa Maria. **Anais** [...]. Santa Maria: UFSM, 2012. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/33.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BUNGE, M. **Evaluating Philosophies**. Boston: Springer Dordrecht, 2012.

BUNGE, M. In defense of Scientism. **Free Inquiry**, Nova York, v. 35, n. 1, nov. 2014. Disponível em: [http://www.rosenfels.org/Bunge_-_In_Defense_of_Scientism_\(Council_for_Secular_Humanism,_2014\).pdf](http://www.rosenfels.org/Bunge_-_In_Defense_of_Scientism_(Council_for_Secular_Humanism,_2014).pdf). Acesso em: 07 jun. 2023.

CARDOSO, C. M. Ciência e ética: alguns aspectos. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 5, n. 1, p. 01–06, fev. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/RTCjK9SZZ3tCCjfMPzVSgPg/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DOWBOR, L.; SACHS, I.; LOPES, C. (Org.). **Riscos e oportunidades em tempos de mudança**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GROSGOUEL, R. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, abr./jun. 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015. Acesso em: 23 jun. 2023.

HAIDER, A. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Tradução de Leo Vinícius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

IAMBlichus. **The life of Pythagoras**. Tradução de Thomas Taylor. Londres: J.M Watkins, 1818.

KUHN, T. (1962). **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.

LOPES, J. R. Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. **Psicologia Social**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Vhq6jph6WrW8RvyzVwWmr5f/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

MORIN, E. (1982). **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MURRAY, D. **A loucura das massas: gênero, raça e identidade**. Tradução de Alessandra Borrunquer. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

POPPER, K. R. (1963). **Conjecturas e refutações**. Tradução de Sérgio Bath. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

SAGAN, C. The burden of skepticism. **Skeptical Inquirer** v. 12, n. 1, p. 38–46, 1987. Disponível em: <https://skepticalinquirer.org/1987/10/the-burden-of-skepticism/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SAGAN, C. **The Demon-Haunted World: Science as a candle in the dark**. New York: Ballantine Books, 1996.

SANSONE, L. Que multiculturalismo se quer para o Brasil? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 24-28, abr./jun. 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200013. Acesso em: 23 jul. 2023.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHWARCZ, L. K. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 18, n. 2, p. 77-101, jan. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SCHWARCZ, L. K. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TRAPP, R. P.; SILVA, M. L. da. Movimento negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p. 88-98, ago. 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/2252> Acesso em: 04 jun. 2023.

Recebido em: 25/09/2023.

Aceito em: 24/01/2025.